

## “O CÓDIGO DA VINCI”<sup>1</sup> Ficção ou realidade? Mito ou verdade?

Pe. Jesus Hortal, S.J.  
Reitor da PUC-Rio

### I. A obra: suas fontes e comentários

Um verdadeiro fenômeno editorial. Mais de quarenta milhões de exemplares, vendidos em pouco mais de dois anos. Traduzida para mais de cinquenta línguas, e transformada num filme *thiller*, a obra de Dan Brown, embora qualificada pelo próprio autor de “romance”, despertou dúvidas e questionamentos no ânimo e até na fé de muitas pessoas, inclusive de algumas que pensavam ser fiéis aos ensinamentos da Igreja. Nas páginas do *Código*, parece renascer o antigo problema teológico do cristianismo – a conciliação entre a dupla realidade, divina e humana, do Cristo – misturado ao velho panteísmo naturalista, encarnado no mito do eterno feminino. É, sem dúvida, comida requentada, mas com novos temperos. Então por que o sucesso editorial? Exatamente pelos “temperos”.

O autor emprega técnicas bem atuais, calcadas nos filmes policiais e de espionagem: mudança rápida e contínua de cenário; desenrolar simultâneo de duas ou três tramas diferentes, mas entrelaçadas entre si; grande dose de violência, em boa parte gratuita; envolvimento de serviços secretos, com o emprego de técnicas sofisticadas. Até a presença de um mordomo, Rémy, que, apesar das aparências, não é o maior vilão da história. E não falta uma certa dose de erotismo, embora intelectualizado, quase que um *voyeurismo* acadêmico. Sobre isso, vai ainda uma cobertura de cientificismo barato e aparente erudição.

Mas a pimenta mais excitante empregada pelo autor talvez se encontre no questionamento sutil dos princípios cristãos, não de uma vez, mas lentamente, de modo insinuante. Sem perceber, o leitor acaba por querer descobrir não o autor do assassinato do curador do Museu do Louvre – como seria lógico num romance policial – mas o terrível segredo escamoteado durante séculos e que causa arrepios no mundo inteiro, sem que ninguém saiba exatamente do que se trata. Por isso também, no final, o romance resulta extremamente decepcionante: os guardiães do segredo não estão dispostos a revelá-lo e o velho professor de semiótica, transformado em detetive, se contenta com uma contemplação imaginativa à luz das estrelas.

O *Código Da Vinci* não é uma obra original. O próprio Dan Brown, que, em geral, lança afirmações gratuitas, aludindo genericamente a supostas provas, faz uma exceção no capítulo 60, onde cita quatro obras, embora sem dizer quem são os autores. Trata-se dos seguintes livros:

- *A Revelação dos Templários – Guardiães Secretos da Verdadeira Identidade de Cristo*.<sup>2</sup>
- *A Mulher do Vaso de Alabastro – Maria Madalena e o Santo Graal*.<sup>3</sup>
- *A Deusa nos Evangelhos – O Resgate do Sagrado Feminino*.<sup>4</sup>
- *O Santo Graal e a Linhagem Sagrada – O Best-seller Aclamado Mundialmente*.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> DAN BROWN, *O Código Da Vinci*, tra. De Celina Cavalcante Falck-Cook, Ed. Sextante, Rio de Janeiro, 2004.

<sup>2</sup> LYNN PICKNETT, CLIVE PRINCE, *The Templar Revelation: Secret Guardians of the True Identity of Christ*, Touchstone, 1998.

<sup>3</sup> MARGARET STARBIRD, *The Woman With the Alabaster Jar: Mary Magdalen and the Holy Grail*, Bear & Company, 1993.

<sup>4</sup> MARGARET STARBIRD, *The Goddess in the Gospels: Reclaiming the Sacred Feminine*, Bear & Company, 1998.

Embora, pelo menos, dois desses livros tenham sido traduzidos para o português e publicados no Brasil, nenhum deles teve grande repercussão no nosso meio, possivelmente por causa de seu estilo pseudo-erudito, pouco digerível para o grande público. Contudo, pode-se dizer que Dan Brown bebeu neles todas as suas idéias. Por isso, eu dizia anteriormente que *O Código Da Vinci* não é original e que se trata de comida requeitada com novos temperos.

Dan Brown se insere, pois, numa corrente literária neopagã, que pretende ressuscitar religiosidades perdidas, quer orientais, como os cultos de fertilidade do Oriente Médio, a mitologia germânica ou a mitologia céltica e que vê no cristianismo e, mais especificamente, na Igreja Católica, uma religião dos fracos e acomodados, incapazes de compreender as falsificações a que a doutrina de Jesus teria sido submetida. Como o nosso autor, também esses outros apelam para o mito do eterno feminino e dizem apoiar-se em manuscritos antigos, ocultos ou perdidos, nunca reproduzidos fielmente. Como amostras dessa corrente, citemos duas obras, uma literária e uma cinematográfica: o romance *As Brumas de Avalon*<sup>6</sup> e o filme *Stigmata*<sup>7</sup>. O primeiro é, na concepção da autora, a narração da saga do Rei Artur do ponto de vista das mulheres; o segundo, uma pretensa interpretação dos Evangelhos gnósticos encontrados nos papiros de Nag Hamadi. O curioso é que, citando genericamente os mesmos documentos, o filme e Dan Brown chegam a conclusões diametralmente opostas. *Stigmata*<sup>7</sup>, de fato, rejeita qualquer religião organizada e coloca o centro da espiritualidade no interior do próprio homem. Brown, pelo contrário, parece advogar por uma re-institucionalização dos cultos pagãos da fecundidade e da adoração do eterno feminino.

Um livro com tais características não poderia deixar de suscitar grande número de comentários, incluindo desmentidos oficiais, por exemplo, do Opus Dei. Basta contatar, por meio da Internet a livraria Amazon e logo aparecerá uma literatura polêmica em torno de *O Código Da Vinci*. Contra o que se poderia esperar, por ser a obra de Dan Brown fundamentalmente anti-católica, há também refutadores protestantes numerosos. Sem pretender esgotar o tema, posso citar alguns livros desse tipo, vários dos quais já foram traduzidos para o português: como *Decodificando Da Vinci* (Cultrix, 2004)<sup>8</sup>; *Quebrando o Código Da Vinci* (Novo Século, 2004)<sup>9</sup>; *Revelando o Código Da Vinci* (Madrás, 2004)<sup>10</sup>; *A Fraude do Código Da Vinci* (Editora Vida, 2004)<sup>11</sup>; *Os Segredos do Código* (Sextante, 2004)<sup>12</sup>. Não sei se foram traduzidos para a nossa língua, mas também podemos citar outras obras do mesmo tipo, publicadas nos Estados Unidos: *The Da Vinci Hoax*<sup>13</sup>. *Fact and Fiction in the Da Vinci Code*<sup>14</sup>. Seria interminável citar as resenhas e os artigos aparecidos em revistas e jornais. É claro, pois, que *O Código* é um livro lido e discutido, que provocou uma certa confusão mental em numerosas pessoas, incluindo alguns católicos que pensavam ser fiéis seguidores da Igreja.

Ao mesmo tempo, porém, podemos afirmar que se trata de uma obra de ficção, sem base em fatos e até propositalmente mentirosa. Examinaremos, portanto, alguns aspectos

---

<sup>5</sup> MICHAEL BAIGENT, RICHARD LEIGH, HENRY LINCOLN, *Holy Blood, Holy Grail*, Dell, 1983.

<sup>6</sup> MARION ZIMMER BRADLEY, *The Mists of Avalon*, Del Rey, 1987.

<sup>7</sup> *Stigmata*, filme dirigido por Rupert Wainwright (1999). Uma boa parte da ação acontece no Brasil.

<sup>8</sup> AMY WELBORN, *De-coding Da Vinci: The Facts Behind the Fiction of The Da Vinci Code*, Our Sunday Visitor, 2004.

<sup>9</sup> DARRELL L. BOCK - HEIKO BOCK, *Breaking The Da Vinci Code : Answers to the Questions Everybody's Asking*, Nelson Books, 2004.

<sup>10</sup> MARTIN LUNN, *Da Vinci Code Decoded: The Truth Behind the New York Times #1 Bestseller*, Disinformation Company, 2004.

<sup>11</sup> ERWIN W. LUTZER, *The Da Vinci Deception* Tyndale House Publishers, 2004.

<sup>12</sup> DAN BURSTEIN, *Secrets of the Code – The unauthorized Guide to the Mysteries behind the Da Vinci Code*, ed. Do autor, 2004.

<sup>13</sup> CARL E. OLSON & SANDRA MIESEL, *The Da Vinci Hoax*, Ignatius, 2004

<sup>14</sup> STEVEN KELLMEYER, *Fact and Fiction in the Da Vinci Code*, Bridegroom Press, 2004.

bem concretos da obra, para mostrarmos as suas contradições internas e as suas falhas históricas e científicas.

## II. As referências às obras de Leonardo

Contra o que é comum em romances e filmes, onde, normalmente, para evitar reclamações de indivíduos que possam sentir-se aludidos, se declara que qualquer semelhança com pessoas ou fatos reais é pura coincidência, Dan Brown coloca, logo no início, uma página com o título “FATOS”. Qualquer leitor atento poderá, porém, perceber que, ao contrário do que é afirmado, os tais “fatos” se distanciam fundamentalmente da realidade. Examinemos, pois, o que Brown pretende que o leitor aceite sem discussão, embora sem observarmos a ordem do autor.

O terceiro “fato” tem a seguinte formulação: “Todas as descrições de obras de arte, arquitetura, documentos e rituais secretos neste romance correspondem rigorosamente à realidade”. É incompreensível que uma pessoa que pretende ser séria possa afirmar uma coisa tão falsa. Ao longo deste trabalho veremos um bom número de inexatidões e mesmo de falsidades veiculadas no “Código”.

Começamos pela análise de algumas obras de Leonardo Da Vinci citadas no romance. Em primeiro lugar o *Homo Vitruvianus*. O Curador do Museu do Louvre, para morrer se teria colocado propositalmente na posição do famoso desenho inspirado no Tratado de Arquitetura de Vitruvius. Do ponto de vista médico, tal coisa é praticamente impossível. No momento da morte, acontecem estertores e movimentos involuntários. Ninguém conserva a plena consciência até o momento em que se produz a rigidez cadavérica; por isso, nos últimos momentos, não é dono dos seus atos. Por muito que se esforce, a posição do cadáver não vai ser aquela que o moribundo possa ter pensado. Por outro lado, o desenho de Leonardo, em lugar de transmitir uma figura estática (o pentagrama) mostra claramente, por meio dos braços e das pernas duplicados, que se abrem e se fecham, a idéia de movimento, dentro das proporções harmônicas do corpo humano. O primeiro “código”, na realidade, não é tal, mas pura invenção do autor.

Mas onde a imaginação de Dan Brown envereda por caminhos absurdos é na análise do quadro da Última Ceia. Ele parece ignorar que o pintor se inspirou na descrição do Evangelho de São João e, mais especificamente, no momento em que Jesus anuncia a traição e os Apóstolos perguntam quem será o traidor. É bom observar os detalhes não de qualquer reprodução piedosamente retocada, mas do próprio afresco do refeitório do Convento de Santa Maria delle Grazie em Milão. As figuras não estão distribuídas de modo estranho, conforme afirma Brown. Ao contrário, seguem uma disposição bastante comum na pintura renascentista: a fim de evitar a sensação de desordem, encontram-se distribuídos em grupos de três, enquanto o Senhor fica como que isolado, no meio deles. Ainda mais, Pedro não faz nenhum gesto ameaçador contra João (que Brown pretende seja Maria Madalena), mas, com a mão sobre o ombro do filho do Zebedeu, cochicha ao ouvido dele, conforme o Evangelista narra, para pedir que pergunte ao Cristo quem é o traidor. Por isso, entre João e Jesus, aparece um vão, que nada tem a ver com um suposto V, símbolo do feminino. Os corpos deles não se “tocam”, como diz Brown; apenas os cotovelos estão próximos. A figura do Apóstolo João, à direita de Jesus, nada tem de esquisita. Responde à iconografia corrente em quase todos os pintores (e não vamos supor que todo foram esotéricos!): é a figura de um jovem imberbe, quase um adolescente. De fato, a tradição sempre viu nele “o discípulo virgem”; ainda mais, João teria vivido até bem perto do ano 100 da nossa era, o que faz supor que era bem novo no momento da morte de Jesus.

Brown se maravilha de que Jesus, ao igual que todos os apóstolos, não tenha, diante de si, um cálice com a forma clássica que conhecemos, mas sim uma taça com vinho: treze taças! Estaria, pois, faltando o “Santo Graal!”. A verdade é que João, no seu Evangelho, embora a suponha, não narra a instituição da Eucaristia. Por isso, Leonardo não precisava pintá-la. Além disso, pretendendo ser fiel à tradição judaica, colocou diante de

cada um dos comensais, tal como ainda hoje se faz na Páscoa judaica, o mesmo tipo de recipiente para o vinho: uma espécie de tigelinha para cada um. Do mesmo modo, também todos têm pão na sua frente. Isso, contudo, não precisaria impedir que Jesus partilhasse o *seu* vinho e o *seu* pão, na instituição do sacrifício eucarístico. Se há inexatidão histórica, não é em Leonardo e sim nos outros pintores. Finalmente, é bom observar a forma de tigela do recipiente, porque pode indicar também, como veremos, a tradição mais primitiva acerca do vaso empregado na Última Ceia.

Um outro quadro no qual se detém Dan Brown é o da *Madonna dos Rochedos*, expressão da originalidade de Leonardo. Afirmar, como o nosso autor faz, que Maria tem “no seu colo” a Jesus, que estaria sendo abençoado por São João Batista, equivale a confessar que não olhou realmente a pintura. Nela, Maria está apenas amparando com o braço direito um figura de criança que segura um cajado e que claramente é o Batista. De fato, na sua cintura, há nitidamente um cinturão de pele de camelo, o que corresponde à descrição dos evangelistas; a mesma coisa se diga do cajado, embora Leonardo, num evidente anacronismo, lhe tenha dado uma forma de cruz. Para não haver dúvida, a figura de Jesus, que se encontra sentado no chão e abençoa o Batista, é claramente de tamanho menor do que a de João, pois entre os dois havia uma diferença de idade de seis meses.

Ainda o nosso autor se detém a “examinar” (não seria melhor dizer a “fantasiar” sobre?) o famoso quadro da Monna Lisa. Leonardo pintou-o entre 1503 e 1506, empregando a conhecida técnica do *sfumato*. Parece que nunca o deu por concluído. Talvez por isso, não lhe deu título algum. O nome *Monna Lisa* foi-lhe atribuído por Giorgio Vasari em 1550, portanto, trinta e um anos após a morte de Leonardo. Mais tardio ainda é o nome de *La Gioconda*, assim chamada por Cassiano del Piombo em 1625, por pensar que fosse o retrato de Lisa (ou Elisa) Gherardini, mulher do rico comerciante florentino Francesco dal Giocondo. É fácil, portanto, ver que as especulações de Dan Brown sobre o nome *Monna Lisa*, como revelador de um segredo de Leonardo, carecem de qualquer fundamento objetivo. O pintor não poderia ter especulado sobre um nome que nem deu ao quadro e nem sequer chegou a conhecer. Além disso, a pretensa etimologia alegada por Brown (*Amon l’Isa*), que seria um acróstico dos deuses egípcios Amon e Isis, não se sustenta cientificamente. A duplicação do n em Monna<sup>15</sup>, impede qualquer semelhança, além de que o artigo l’ surge do nada. Onde está, pois, a alegada “correspondência rigorosa” da descrição de Dan Brown com as obras descritas?

### III. As pretensas “provas” científicas

Ao longo do romance, Dan Brown pretende dar “provas” científicas do que afirma. Até se arrisca a apresentar alguns fatos matemáticos, como a seqüência de Fibonacci e o número phi. Só que as suas afirmações rotundas revelam muitas vezes a ousadia da ignorância. Como se pode afirmar que a proporção entre a estatura de uma pessoa, de um lado, e a distância entre seu umbigo e a ponta dos pés, do outro, é rigorosamente igual para todos os indivíduos? Será que Brown não sabe que há indivíduos com pernas proporcionalmente mais compridas do que as de outras? Pensa que, por exemplo, os anões, cujo tórax é normal, mas que têm pernas muito curtas, respondem à mesma proporção do que as pessoas comuns? A mesma coisa se diga da afirmação de que a proporção entre obreiras e zangões, numa colméia, é sempre exatamente o número phi. Poderá tender para ele, mas num grupo tão numeroso, onde há mortes constantes por causas fortuitas, para manter tal proporção, seria necessária uma recontagem diária e uma eliminação de indivíduos do grupo que estivessem fora do parâmetro. Tal coisa nunca foi comprovada.

---

<sup>15</sup> *Monna* é uma contração de *Madonna*, ou seja, “madame”, ou simplesmente “minha senhora”. A grafia *Mona*, com um único n não é italiana, mas um aportuguesamento. *Lisa* é um diminutivo de “Elisa”. Traduzindo literalmente para o português, teríamos que chamar o quadro de “A senhora Elisa”.

Mas onde se revela mais claramente o espírito pseudo-científico de Brown é nas alegações acerca de documentos secretos, ignorados ou escondidos pela Igreja católica, que demonstrariam as suas teses. Trata-se, fundamentalmente de três fontes: os escritos gnósticos dos chamados papiros de Nag Hammadi: os manuscritos do Mar Morto, achados nas cavernas de Qumran e o hipotético escrito Q, que muitos estudiosos do Novo Testamento alegam ter existido com prioridade aos Evangelhos canônicos.

Os papiros de Nag Hammadi são os restos de uma biblioteca gnóstica, achados no Egito em 1945. Dos algo mais de cinquenta textos, menos de uma dúzia (e não mais de oitenta, como afirma Dan Brown) têm o título de Evangelho, sendo o mais importante o chamado Evangelho de Tomé. Não pertencem ao Vaticano e todos eles estão editados e traduzidos para os diversos idiomas, inclusive o português. Não se vê como seria possível uma conspiração “do Vaticano” para ocultá-los. Na linguagem simbólica, própria do gnosticismo, apresentam uma concepção fortemente dualista, onde a matéria é algo oposto à Divindade; prisão da alma, que é a verdadeira centelha divina. A mulher é tão desprezada pelos seguidores daquela seita que chegam a afirmar que Jesus estava pensando em transformar a Madalena em homem, para que fosse capaz de atingir a plenitude do conhecimento. O sexo e o matrimônio são neles condenados, pois a interrupção da procriação seria o único meio de libertar o ser humano de sua atual condição degradante. Como facilmente se pode perceber, essas idéias são diametralmente opostas ao acentuado sexismo e à adoração do eterno feminino e da mãe natureza que Brown pretende ver como o cerne da verdadeira pregação cristã. O “beijo na boca”, sobre o qual Brown especula, como “demonstração” da relação entre Jesus e a Madalena, é, nesses escritos, uma clara alegoria da transmissão do conhecimento secreto, sem conotações sexuais. Além disso, não se pode esquecer que os Evangelhos gnósticos são, pelo menos, duzentos anos posteriores aos canônicos. Por que, então, privilegiar, como fonte de informação o posterior sobre o anterior? Não houve ocultação da verdade por parte da Igreja católica<sup>16</sup>.

A segunda fonte documental que Brown cita, mas também sem aduzir nenhum texto concreto, são os chamados *Manuscritos do Mar Morto*. Trata-se de pergaminhos (a maior parte) e de alguns poucos papiros, encontrados em onze cavernas de Qumran, nas encostas do Mar Morto. A grande maioria encontram-se atualmente em Jerusalém, no “Santuário do Livro”. O Vaticano não é proprietário deles; por isso, também não poderia ocultá-los. Embora com muita lentidão – em parte por causa de rivalidades entre os pesquisadores –, o seu conteúdo foi totalmente editado, não se podendo falar mais de textos ocultos. Exceto, talvez, alguns pequenos fragmentos da caverna 4, todos os manuscritos são anteriores a Cristo, pelo que não podem conter nenhuma notícia acerca dele. Também não há neles o mínimo rasto da pretensa religião naturalista que Brown pretende ver por toda a parte. Ao contrário, os manuscritos do Mar Morto apresentam um tipo de espiritualidade rigorista, com forte acento apocalíptico, e com pretensões de conservar o javismo autêntico, frente à corrupção do mundo do Templo de Jerusalém.

A terceira fonte documental nomeada pelo nosso autor é um escrito hipotético. Perante as coincidências manifestas dos três evangelistas sinóticos (Mateus, Marcos e Lucas), muitos estudiosos avançaram a hipótese de que, antes dos Evangelhos canônicos, teria havido uma coleção de ditos de Jesus, à qual deram o nome de Q (do alemão *Quelle*, ou “fonte”). Tal hipótese parece plausível, mas até agora não foi comprovada documentalmente. Por isso, todas as afirmações sobre os conteúdos literais de Q e sobre a autoria atribuída ao próprio Cristo, não passam de pura especulação. É disso do que gosta Dan Brown, muito mais do que do rigor científico. Uma vez mais, vemos que as suas descrições estão a anos luz da alegada correspondência rigorosa com a realidade.

---

<sup>16</sup> É interessante notar que Brown, faltando ao rigor histórico, sempre usa a expressão “o Vaticano”, mesmo para referir-se a épocas em que o Papa não habitava lá, mas em outros lugares, como o palácio de São João de Latrão, na própria Roma, ou o Castelo de Avignon, na França

A mesma improvisação imaginativa a vemos quando o nosso autor pretende apresentar a figura de Maria Madalena. Observemos inicialmente que, nos Evangelhos canônicos, há três figuras femininas que, no imaginário popular acabaram por fundir-se<sup>17</sup>. Uma é Maria de Betânia, irmã de Marta e de Lázaro; outra é Maria de Magdala (ou Madalena); e outra, enfim, é a pecadora anônima que ungiu os pés de Jesus. A primeira é citada pelo nome apenas por Lucas e João<sup>18</sup>. Os outros dois evangelistas citam o frasco de alabastro e o fato da unção em Betânia, mas sem mencionar o nome da pessoa que a realizou. A Betânia a que eles fazem alusão é uma pequena aldeia bem próxima de Jerusalém e distante da Galiléia. A Madalena, por sua vez, é mencionada pelos quatro evangelistas<sup>19</sup>, como alguém que se encontrava ao pé da cruz no momento da morte de Jesus e que, na manhã da ressurreição, foi ao sepulcro, para ungir o corpo do Mestre. À parte o fato de pertencer ao grupo de mulheres que seguiram Jesus desde a Galiléia (a pequena cidade de Magdala encontra-se nessa região), o único traço particular a seu respeito é fornecido tanto por Marcos, que nos diz que dela “Jesus expulsara sete demônios” (Mc 16,9), quanto por Lucas, que afirma que dela “saíram sete demônios” (Lc 8,2). Já a pecadora anônima é citada apenas por Lucas<sup>20</sup>, com o apelativo de “uma mulher”, sem nenhum traço de identificação com qualquer outro personagem do seu Evangelho. Há, porém, uma circunstância comum às três mulheres, que pode ter levado, numa análise superficial, a identificá-las: as três ungem Jesus: a pecadora, nos pés; Maria de Betânia, na cabeça; a Madalena, no corpo inteiro, no momento do sepultamento, coisa que teria feito mais uma vez, se tivesse podido, na manhã da ressurreição.

Nem nos Evangelhos canônicos, nem em qualquer autor cristão dos primeiros séculos há qualquer alusão ao suposto relacionamento marital entre Jesus e a Madalena. Mas também não existe tal nos evangelhos apócrifos, como o de Filipe ou o de Tomé. Por isso, Brown é incapaz de incluir qualquer citação literal desses escritos que levem a tal conclusão. Muito menos há, durante toda a antiguidade, um único traço documental de uma suposta descendência de Jesus. A cena narrada no quarto Evangelho, sobre o ato de Jesus de confiar a Virgem Maria a João (“e a partir daquela hora, o discípulo a acolheu na sua casa”) não teria sentido, se ele deixasse uma viúva, com a qual logicamente a mãe deveria ficar. Tenha-se presente que o evangelista fala explicitamente da presença da Madalena ao pé da cruz. Nem Jesus parece preocupar-se com o futuro dela, nem ela recebe o encargo de cuidar da Virgem Maria ou dos supostos filhos do casal.

Maria Madalena, contra o que afirma Brown, sempre foi venerada na liturgia, tanto católica, quanto ortodoxa. Ainda mais, até a reforma litúrgica posterior ao Concílio Vaticano II, a sua missa – fora das de Nossa Senhora – era a única de uma santa mulher na qual se rezava o Credo, por ter sido a primeira testemunha da ressurreição e, por isso “Apóstola dos Apóstolos”. Aliás nessa última reforma litúrgica, mais de trinta anos anterior a Brown, as palavras “*qui Mariam absolvisti*” do hino medieval *Dies irae, dies illa*, foram substituídas por “*peccatricem absolvisti*”, evitando a confusão de qualquer Maria com a pecadora absolvida por Jesus.

No seu afã de apresentar uma linhagem real, a partir da Madalena, Brown ignora por completo a tradição medieval francesa – conservada viva pelos ciganos – da chegada de Maria de Magdala e outros discípulos a Saintes-Maries-de-la-mer, perto de Arles, na Provença, onde teria sido pregadora, e de sua retirada posterior, como penitente e contemplativa, na chamada Sainte Baume, uma gruta, que ainda hoje é lugar de peregrinação. É supérfluo mencionar que tal tradição – a mais antiga a este respeito – desconhece por inteiro qualquer descendência da Madalena.

---

<sup>17</sup> Ao que parece, foi São Gregório Magno (séc. VI-VII) quem por primeiro cometeu o erro da identificação entre a Madalena e a pecadora do Evangelho de Lucas. Bastante depois, portanto, de Constantino, sobre o qual Dan Brown joga toda a culpa.

<sup>18</sup> Cf. Lc 10,38-42; Jo 11,1-33; 12,1-8.

<sup>19</sup> Cf. Mt 27,56.61; 28,1; Mc 15,40.47; 16,1; 9; Lc 8,2; 23,49; 24,10; Jo 19,25; 20,1.11-18.

<sup>20</sup> Lc 7,36-50

Ainda um outro absurdo em relação à Madalena. O nosso autor afirma que ela teria sido enterrada no templo de Jerusalém e que os restos mortais teriam sido descobertos pelos templários, que secretamente teriam realizado escavações naquele lugar. É sabido que a entrada no templo de Jerusalém estava proibida às mulheres; elas somente podiam ficar no chamado “átrio das mulheres”, nunca no templo propriamente dito. Em segundo lugar, nunca houve enterramentos no recinto do templo. Os cadáveres são indicados na Bíblia como uma fonte de contaminação; por isso, o contato com eles estava proibido aos sacerdotes. Daí que os cemitérios de Jerusalém ficassem situados nas encostas do vale do Cedrão. Além disso, tenha-se presente que Maria Madalena se professou claramente cristã. Ora, no ano 40, as autoridades do templo decretaram a excomunhão dos cristãos, excluindo-os da comunidade dos fiéis israelitas. Então, pergunto: como seria possível enterrar um cadáver de uma mulher “herege”, nas dependências do templo de Jerusalém? E como esses restos mortais se teriam conservado intactos, junto com um amontoado de documentos através das vicissitudes por que passaram aqueles lugares, como a destruição do ano 70 e a invasão muçulmana de 635, com a construção posterior das mesquitas ainda hoje existentes?

#### IV. Os lugares

Se, como acabamos de ver, o autor de *O Código Da Vinci* é fraco na citação de documentos históricos, ainda comete outros graves erros na descrição dos lugares onde situa o seu romance. A ação se desenvolve basicamente num cenário restrito: o museu do Louvre, as sedes do Opus Dei em Nova Iorque e em Londres, o palácio de Castel Gandolfo, a igreja de Saint Sulpice, a abadia de Westminster e a Temple Church em Londres, mais a capela Rosslyn, na Escócia. Mas Brown aproveita para falar de numerosas outras construções, incluindo o templo de Jerusalém e as grandes catedrais góticas.

Dentre os lugares citados, merece destaque a sede do Opus Dei em Nova Iorque, porque, nos “fatos” alegados no início de livro, o segundo diz: “A Prelazia do Vaticano conhecida como Opus Dei é uma organização católica profundamente conservadora, que vem sendo objeto de controvérsias recentes, devido a relatos de lavagem cerebral, coerção e uma prática perigosa conhecida como «mortificação corporal». A Opus Dei acabou a construção de uma sede nacional em Nova York, ao custo de 47 milhões de dólares”. Poucas vezes, é possível cometer mais inexactidões em tão curto espaço.

Em primeiro lugar, o Opus Dei não é uma “prelazia do Vaticano”, mas um prelazia da Igreja Católica, ou seja, um conjunto de padres e diáconos, sob a direção de um prelado, que desenvolve um tipo próprio de espiritualidade católica e que se dedica ao apostolado entre os leigos que vivem no mundo.

Em segundo lugar, acusações tão graves como as de “lavagem cerebral” e “coerção”, deveriam ser documentadas. Brown não identifica, com qualquer traço, os seus informantes, muito menos as vítimas de tal “lavagem”, como também não informa sobre qualquer processo ou condenação de integrantes do Opus Dei por causa de tais crimes. A mortificação corporal não é uma “prática perigosa”, mas uma tradição da Igreja Católica, baseada no exemplo do próprio Jesus, que, conforme os relatos evangélicos, jejuou quarenta dias e quarenta noites. Ainda hoje, todos os católicos, a partir dos dezoito anos de idade, até completar cinquenta e nove, estão obrigados a jejuar na quarta-feira de cinzas e na sexta-feira santa, assim como a fazer, todas as sextas-feiras do ano alguma obra de penitência. Todos nós lembramos, aliás, dos “sacrifícios” que éramos incentivados a praticar nos colégios e associações católicas. O que não é admissível é o tipo de mortificação que Brown descreve de modo sádico; aliás, ela seria impossível, porque teria conseqüências bem graves para a saúde de quem a praticasse. Silas, o executor do curador do Museu do Louvre, parece um super-homem, pois, após horrorosas flagelações continua com capacidade para correr, pular muros e desenvolver uma força incrível. O único ponto das

críticas de Brown ao Opus Dei que tem algum fundamento é o do dinheiro de que disporia, mas sobre isso voltaremos mais adiante.

Um outro cenário focalizado pelo nosso autor é a igreja de Saint Sulpice, em Paris. O templo atual foi construído entre 1642 e 1745, bem longe da época dos templários, aos quais Brown parece querer conectar com essa construção. A chamada “linha rosa”, contra o que afirma o nosso autor, não passa por esse templo. O meridiano marcado no seu interior não é mais do que um imenso relógio solar, tendo o obelisco a função de indicar o meio-dia. Não há, portanto, nenhum mistério escondido nele. Templos cristãos com indicações astronômicas são relativamente frequentes. Sirvam de exemplo a igreja de São Petrônio em Bolonha (Itália), também com um meridiano, ou a catedral de Toledo (Espanha), onde um vitral permite que, no equinócio da primavera, o sol ilumine diretamente o sacrário da capela do Santíssimo.

Mas, em matéria de arquitetura, quando o nosso autor se mostra mais ousadamente ignorante é quando fala dos templos góticos. É completamente falso que as grandes catedrais góticas da Europa tenham sido construídas pelos templários. Foram as dioceses, com os seus bispos à frente que começaram essas construções grandiosas, já antes da fundação da Ordem templária, e as concluíram bem depois da sua dissolução. Ver na nave de uma catedral gótica a estrutura do útero feminino ultrapassa qualquer mente freudiana. Simplesmente, não há a mínima semelhança. A arquitetura gótica expande o espaço ao máximo, aproveitando os recursos arquitetônicos disponíveis naquela época: arco em ogiva, abóbada apoiada em nervaturas e arcobotantes. Nenhum crítico da história da arte alegou nada semelhante ao que Brown afirma. Ele parece ser o único iluminado.

A Temple Church de Londres é, de fato, uma das poucas igrejas autenticamente templárias que restam. Construída em 1185, foi destruída por completo, durante os bombardeios alemães a Londres, mas reconstruída após a Segunda Guerra Mundial. É atualmente um templo anglicano, com culto regular, onde seria impossível esconder os segredos que Brown insinua terem estado lá enterrados. A mesma coisa se diga da Capela Rosslyn, na Escócia, uma verdadeira jóia arquitetônica e um templo com intenso culto, pois é usado muito freqüentemente para casamentos. Não fica fechada durante a semana, nem está confiada a uma velha senhora, mas tem clero anglicano e sacristães para cuidar dela.

Continuando com as questões arquitetônicas, vejamos agora o museu do Louvre e a sua discutível pirâmide de vidro. A construção desta foi encomendada, mediante concurso público mundial, ao arquiteto sino-americano Ioh Ming Pei. Terminada em abril de 1989, compõe-se não de 666 vitrais, como quer Brown, mas de 673, conforme informa o próprio museu. Pensar que, numa obra construída em nosso tempo, sob o olhar curioso dos parisienses, tenha sido possível esconder, sem que ninguém o visse, o esquife contendo os restos de Maria Madalena e vários caixotes de documentos é algo tão irreal que nem merece uma refutação.

## V. Os personagens

Se passarmos agora a considerar alguns dos personagens que se encontram no centro da trama de *O Código Da Vinci*, encontraremos as mesmas ou maiores inexatidões históricas.

Um primeiro exemplo é o modo como é apresentado o Imperador Constantino I, “o Grande”. Reinou durante vinte anos, de 317 a 337. Concedeu a liberdade ao cristianismo, tornando-o religião lícita, mediante o Édito de Milão, mas nunca o declarou religião do Estado. Tal coisa somente aconteceu com Teodósio I o Grande (383-388). Durante a era constantiniana, o paganismo romano continuou a existir e o próprio Imperador continuou a exercer o cargo de *Pontifex Maximus* ou sumo sacerdote da religião pagã. Conservou inclusive as vestais, virgens dedicadas temporariamente a Vênus, sustentadas às custas do Estado. Parece que Constantino somente se converteu ao cristianismo e foi batizado no fim

de sua vida, diferentemente de sua mãe, Santa Helena, fervorosa cristã, que percorreu a terra Santa à procura das relíquias de Jesus e da primitiva Igreja. É verdade que convocou o Concílio de Nicéia, primeiro dos ecumênicos, a fim de conseguir a unidade entre as diversas facções cristãs. A este propósito, Brown tem a desfaçatez de afirmar que, antes de Constantino, ninguém teria afirmado a divindade de Cristo. Basta ler, como exemplo entre outros muitos, três textos neo-testamentários: 1) o início do Evangelho de São João: “No princípio existia o Verbo e o Verbo estava junto a Deus e o Verbo era Deus... e o Verbo se fez carne e habitou entre nós”<sup>21</sup>; 2) a conhecida passagem da Carta aos Filipenses: “Tende em vós aquele sentimento que houve em Cristo Jesus, o qual subsistindo em forma de Deus não julgou o seu ser igual a Deus como um botim cobiçável, mas esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, tornando-se semelhante aos homens”<sup>22</sup>; o trecho da Carta de São Paulo a Tito, que se lê no dia do Natal: “Aguardado a bendita esperança de nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo”<sup>23</sup>. Além disso, qualquer um que tenha olhado os escritos dos Padres Apostólicos, do século II, como a Didakhé, Sto. Inácio de Antioquia, São Policarpo de Esmirna ou São Justino, terá percebido que todos eles defenderam ardentemente a divindade de Cristo. Ou Dan Brown tem uma ignorância completa da literatura cristã primitiva ou escreveu o seu livro com uma má fé incrível.

Podemos apresentar uma contraprova das nossas afirmações sobre Constantino, olhando um outro Imperador, Juliano I, apelidado de *O Apóstata*. Reinou de 361 a 363 e tentou uma espécie de revanche do paganismo. Apesar do seu ódio contra os cristãos, nunca lançou qualquer acusação de eles terem deturpado a doutrina de Jesus. Ao contrário, sempre mostrou seu desprezo pelo Cristo, ao qual se referia sempre como “O Galileu”.

Um outro personagem histórico ao qual se refere, direta ou indiretamente Dan Brown é o fundador do Opus Dei, Josemaría Escrivá de Balaguer. Caracterizar os membros da prelazia como “monges”, tal como o nosso autor faz, demonstra uma ignorância completa dos diversos tipos de vida consagrada na Igreja Católica, assim como da espiritualidade da “Obra de Deus”. *Camino*, a obra do Fundador, traduzida em numerosas línguas e reeditada inúmeras vezes apresenta um tipo de espiritualidade militante para o laicato, própria da Espanha dos anos trinta e quarenta. Não convida, como os fundadores da vida monástica, à “fuga do mundo”, mas, ao contrário, a uma inserção plena na dinâmica do temporal. Um outro autor do Opus Dei, Jesús Urteaga Loidi, escreveu outro *bestseller* da espiritualidade da Obra: *O valor divino do humano*. Se de alguma coisa foi acusado – a meu ver infundadamente – não foi exatamente de fuga do mundo, mas, ao contrário, de horizontalismo e semipelagianismo. O “monge albino”, Silas, o assassino do romance, vai por toda a parte vestido de batina, coisa que nem sequer os clérigos da Prelazia fazem. A conversão dele, que teria ocorrido numa paróquia rural das Astúrias, na Espanha, por obra de Aringarrosa, o futuro Prelado do Opus Dei, é fantástica: o Opus Dei não regenta paróquias rurais na Espanha.

O único ponto que poderia discutir-se sobre a Prelazia é o seu poderio econômico. Mas é o mesmo problema de todos os institutos de vida consagrada, nos quais sempre houve e sempre haverá o problema da vivência da pobreza ao lado na necessidade de meios materiais para o exercício do apostolado. No caso do Opus Dei, há uma questão ulterior. Vivendo no mundo e exercendo os seus membros, na sua grande maioria, profissões liberais, não é estranho que consigam movimentar um volume considerável de dinheiro. A questão está em distinguir entre o que é da Obra e o que é de cada um dos seus membros.

Falando de personagens históricos, onde a imaginação de Dan Brown descamba incontida – embora não de maneira original – é em relação aos merovíngios. Uma fração da tribo dos francos sálicos, recebem o seu nome de Merovech, avô do rei Clóvis. Este, que

---

<sup>21</sup> Jo 1,1.14.

<sup>22</sup> Fl 2,3-7

<sup>23</sup> Tit 2,13.

reinou de 481 a 511 era pagão e se converteu ao catolicismo por influxo de sua esposa, a princesa burgúndia Clotilde, e do Bispo São Remígio, que o batizou. Teria sentido tal conversão se Clóvis fosse descendente de Cristo, como Brown pretende? Aliás, em toda a Idade Média, não há uma única referência a tal descendência. Quando, bem mais tarde, foi instaurada a dinastia dos Capetos, pretendendo glorificar as origens da monarquia francesa, foi inventada uma outra lenda bem diferente: os merovíngios seriam descendentes de Enéas e dos troianos. A ignorância histórica de Brown chega a afirmar que Paris teria sido fundada por Merovéu. Só que ela existia desde muito antes e já é citada por Júlio César no *De Bello Gallico*, como “Lutetia Parisiorum”<sup>24</sup>. Na sua obsessão anti-romana, Brown chega a afirmar, sem aduzir nenhuma fonte, que o Rei Dagoberto II, teria sido assassinado, em 679, “pelo Vaticano (sic!), em conluio com Pepin d’Héristal” [ou l’Héristal], pai natural de Carlos Martel. Logicamente, o nosso autor é incapaz de citar um único documento que sirva de base a tal hipótese peregrina. Lembre-se, aliás, que a residência oficial dos Papas, até 1305, era o Palácio de São João de Latrão e não o Vaticano, para onde os Pontífices se mudaram unicamente após a volta de Avignon, quase setecentos anos após a morte de Dagoberto!

## VI Os Símbolos

Num livro cujo protagonista – Robert Langdon – é professor de semiótica na Universidade de Harvard, esperar-se-ia um maior rigor na descrição e interpretação dos símbolos. Mais uma vez, sentimos uma profunda decepção. Ao falar do Santo Graal, apoiando-se em grafias extremamente duvidosas, Brown tira conclusões falsas. *Graal*, conforme todos os estudiosos, provém do latim *cratalis* ou *gradalis*, quer dizer, um vaso em forma de cratera. Podemos comprovar que pelo menos uma parte da tradição conservou a lembrança dessa forma. Veja-se, por exemplo, o “Santo Grial” da Catedral de Valência, na Espanha, onde se observa claramente que a haste não estava unida originariamente à taça e que esta é especificamente uma cratera. O Santo Graal seria, portanto, a forma moderna de *Sanctus Cratalis*. Carece de sentido a etimologia proposta pelo nosso autor: sang-real ou sangue real. Na falsa etimologia de Brown (*sang-real*), as palavras ficam truncadas, pois o C ou G de *cratalis* é separado desse vocábulo e juntado arbitrariamente ao anterior; igualmente, os dois a de Graal, por arte de mágica viram ea, mudando completamente o significado da palavra originária. Além disso, leve-se em conta que toda a saga do Rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda, que inspirou tantas obras literárias teria um significado bem diferente daquele que lhe foi atribuído ao longo de todos os séculos. Seria possível tamanho erro?

No seu afã de encontrar simbolismos sexuais por toda a parte, Brown apela para a interpretação fálica da espada (ou “lâmina”) e feminina do “cálice”. Gostaria de saber se alguém, até agora, encontrou no Novo Testamento qualquer texto que dê lugar a tais interpretações. Logicamente, o nosso autor apela para a “Estrela de Davi” (dois triângulos equiláteros entrelaçados) como a demonstração de que na tradição judaica estavam presentes, desde o início, tendências religiosas tipicamente sexuais. Acontece que esse símbolo, conhecido também como *magen* ou “escudo de Davi”, não foi associado com o judaísmo antes de bem avançada a Idade Média. Nas moedas do antigo Israel e nas decorações das sinagogas mais primitivas, o único símbolo constante é a *menorah* ou candelabro de sete braços, que se encontrava no Templo de Jerusalém e foi levado, como botim, pelas tropas de Tito. Estrelas de seis pontas são bastante comuns entre outras populações do Oriente Médio e do Norte da África. Ainda hoje, por exemplo, a bandeira do Marrocos tem, no meio, uma delas.

Já fizemos alusão anteriormente, ao pentagrama. Também a respeito dele Dan Brown comete todas uma série de inexactidões. É falso que, como ele afirma, a órbita do planeta Vênus seja exatamente um pentágono. No máximo, poderia lembrá-lo, de longe. É igualmente inexato dizer que as Olimpíadas da antiga Grécia estavam dedicadas a Vênus e

---

<sup>24</sup> *De Bello Gallico* VI,3; VII,57-58

que, por isso, se celebravam cada cinco anos. A verdade é que estavam dedicadas a Zeus Olímpico e que aconteciam cada quatro anos. Essa é também, logicamente, a frequência atual, não obstante os simbólicos cinco aros entrecruzados que conhecemos e que, contra o que erroneamente se propaga, não procedem da antiga Grécia. Quando o Barão de Coubertin, em 1896, conseguiu a restauração dos jogos, não adotou tal emblema. Somente em 1913, após a celebração de cinco olimpíadas, é que ele apresentou o conhecido logo, simbolizando os cinco países onde elas tinham acontecido. Parece que Coubertin pensava em acrescentar um anel a cada nova olimpíada, mas a irrupção da primeira Guerra Mundial impediu os jogos até 1920, quando o símbolo já estava, por assim dizer, cristalizado e lhe foi dada uma nova interpretação: os cinco continentes entrecruzados numa empresa de entendimento entre os povos.

## VII. Os “Códigos Brown”

Dan Brown parece ter-se prevenido contra acusações de pretender enganar os seus leitores. Para os que acreditam ingenuamente nas suas afirmações, ele deixou escondidos certos “códigos”, pistas que indicam algumas fontes e fatos, capazes de desvendar a verdadeira natureza do livro.

Em primeiro lugar, ele parece brincar de charada com os nomes de alguns dos seus personagens. O editor dos livros do protagonista professor Langdon é chamado de “Jonas Faukman, em clara alusão ao editor J. Kaufman, que publica os livros de Brown.

Tive a curiosidade de colocar no buscador Google o nome de Robert Langdon. Para minha surpresa, além dos *links* relacionados com *O Código Da Vinci*, apareceu um cirurgião plástico com esse nome.

O excêntrico milionário inglês, capaz de desvendar todos os mistérios do Santo Graal e vilão da história é chamado de Leigh Teabing. Ora, este nome se compõe exatamente com as letras dos sobrenomes de dois dos autores do livro, que já citamos anteriormente e onde Brown bebeu as suas idéias principais, *O Santo Graal e a Linhagem Sagrada*: Michael Baigent, Richard Leigh. É quase uma confissão de culpa, de ter-se apropriado das idéias desses escritores. Daí a acusação de plágio que os dois autores levantaram contra Brown perante os tribunais.

O curador do museu do Louvre e pretense Grão Mestre do fantasioso Priorado de Sião assassinado se chamaria Jacques Saunière. Curiosamente, esse sobrenome corresponde exatamente ao de um sacerdote francês da diocese de Rennes, Bernard ou Bérenger Saunière, falecido em 1917. Dedicou-se à venda de missas. Para defender-se das acusações de simonia, propalou histórias sobre pergaminhos alusivos a Maria Madalena e a que estariam tesouros escondidos na capela do castelo de Rennes e que ele teria descoberto, mas que nunca mostrou. A verdade é que morreu pobre, sem que ninguém tenha visto tais tesouros. Sobre ele, um obscuro autor e conhecido falsificador, Pierre Plantard, escreveu o romance *L’Or de Rennes*, um fracasso do ponto de vista editorial. Plantard, embora não citado, é claramente uma outra das fontes utilizadas por Dan Brown. Ainda mais, no decorrer do romance, acabamos por saber que o verdadeiro sobrenome de Sophie Neveu, criptógrafa da polícia francesa e neta do assassinado Jacques Saunière, seria Plantard(!)

Mas quem foi esse Pierre Plantard? Como já falamos, foi um escritor francês, nascido aos 18 de março de 1920 e falecido aos 3 de fevereiro de 2000. Inicialmente, anti-semita e anti-maçom, colaborou com o Governo de Vichy. Fundador, nos anos 40, de duas Sociedades inconsistentes – *Rénovation Nationale Française* e *Alpha Galates*. Conforme registro na sub-prefeitura de Saint Julien-en-Genevois, fundou em 1956, portanto, em pleno século XX e não no XI conforme a cronologia de Brown, fundou, junto com André

Bonhomme, o “Priorado de Sião”, de vida curta e efêmera, pois teve que ser refundado outras duas vezes, até desaparecer por completo, em poucos anos.

Foi condenado por corrupção de menores, em 1956. Escritor fracassado de romances, como o já citado *L’Or de Rennes*, buscou a fama através da falsificação de documentos, introduzidos em diversas bibliotecas, especialmente na Nacional de Paris (os famosos “dossiês secretos”, citados por Brown), para apoiar suas fantasias. O jornalista francês Jean-Luc Chaumeil desmascarou as imposturas de Plantard nos anos 80 e publicou vários livros sobre o assunto. Colaborou com a BBC2 – que inicialmente dera como autênticos os “dossieres” – num programa de TV que foi ao ar em 1996 e que apresentou provas demolidoras contra a história toda. Na sua ânsia paranóica, propalou que, da fantástica linhagem da Madalena teriam sobrevivido só duas famílias, Plantard (a dele!) e Saint Clair, unidas como Plantard de Saint Clair. Chegou a divulgar inclusive um suposto brasão dessa família, com uma flor de lis, em campo vermelho e a inscrição *et in Arcadia ego*. Facilmente se vê que, curiosamente, não há aí nenhuma mensagem cristã; ao contrário, a Arcádia forma parte da mitologia grega e a palavra *ego* parece indicar um claro egoísmo anticristão.

A este respeito, é bom lembrar o primeiro dos “Fatos” alegados por Dan Brown, na página introdutória do seu romance: “O Priorado de Sião – sociedade secreta européia (?) fundada em 1099 – existe de fato. Em 1975, a Biblioteca Nacional de Paris descobriu pergaminhos conhecidos como *Os Dossiers Secretos*, que identificavam inúmeros membros do Priorado de Sião, inclusive Sir Isaac Newton, Botticelli, Victor Hugo e Leonardo da Vinci”. Compare-se essa afirmação com os fatos estabelecidos a partir de fontes históricas e aqui relatados e logo se perceberá a má fé de Brown.

A mesma coisa se deduz do estudo da história de Jerusalém e das cruzadas. O nosso autor afirma que teriam sido os Templários os iniciadores do tal de “Priorado”, a fim de proteger os restos mortais de Maria Madalena, junto com uma ingente quantidade de documentos primitivos relativos a ela e à sua descendência. Tais objetos sagrados teriam sido escondidos “no templo de Salomão” encontrados pelos cavaleiros, que lá se teriam estabelecido após a conquista de Jerusalém pelos cruzados. Confesso que, quando apareceram “os Templários” no meio da trama romanesca, tive a tentação de jogar *O Código Da Vinci* no lixo, porque os famosos cavaleiros, nas mãos de escritores inescrupulosos, se transformaram num mito recorrente na literatura esotérica e anti-católica. Mas vamos aos fatos.

Os cristãos foram considerados, inicialmente, pelas autoridades do Templo (construído não por Salomão, mas por Herodes o Grande), como hereges e perturbadores da ordem. Por isso, decretaram contra eles o *herem*, ou excomunhão. No ano 40, Herodes Antipas desencadeou perseguição aos cristãos, mandando matar o Apóstolo Tiago, o filho do Zebedeu. No meio de tão adversas circunstâncias, como seria possível enterrar Maria Madalena, membro destacado de um seita condenada, nesse Templo? Pior ainda, se levamos em conta que as mulheres estavam proibidas de aceder aos seus recintos internos, reservados para homens israelitas. Elas não podiam passar do “átrio das mulheres”. Continuemos. No ano 70, após uma sangrenta rebelião dos judeus, os romanos conquistaram Jerusalém e destruíram o Templo. Será que os restos mortais da Madalena e a pilha de documentos que a ela se refeririam se salvaram milagrosamente da destruição? Acrescente-se a essas dificuldades o fato de que, sobre as ruínas do Templo, os conquistadores romanos edificaram um outro, dedicado a Júpiter Capitolino, pois a cidade passou a se chamar *Aelia Capitolina*. Em 635, os árabes, convertidos ao islamismo, conquistaram Jerusalém. Demolido o templo pagão e as igrejas cristãs que o sucederam, os novos senhores construíram duas mesquitas, ainda existentes na atualidade: a de Omar ou da Cúpula Dourada, terminada em 691, e de Al Aqsa. Quando, em 1099, os cruzados entraram triunfalmente em Jerusalém, não derrubaram as mesquitas, mas as transformaram em igrejas. Os Templários, porém, foram estabelecidos apenas em 1118. Impossível, portanto, que tenham fundado o Priorado no mesmo ano da conquista, pois somente

dezenove anos mais tarde é que passaram a existir. Ainda mais, o seu quartel nunca esteve no recinto do Templo, mas num terreno diferente, embora vizinho a ele. Como poderiam ter realizado escavações secretas em lugares que não estavam sob a sua custódia? Em 1187, Saladino reconquistou Jerusalém para os árabes. Em 1312, o Papa Clemente V, sob pressão do Rei Filipe o Belo, da França, decretou a extinção dos Templários. Contra o que Brown afirma, não houve nenhuma execução deles em Roma, pelo simples fato de que Clemente, que, no momento da eleição, era Arcebispo de Bordeus, ficou, durante todo o seu pontificado, em Avignon, no Sul da França.

### **VIII. O “código” definitivo?**

O “código” definitivo para a interpretação da obra em questão nos é fornecido pelo próprio autor. Comparemos dois trechos do romance. No início do cap. 1º, encontramos o seguinte texto: “Robert Langdon acordou devagar..- *Onde é que eu estou, afinal?* O roupão de jacquard pendurado na coluna da cama tinha o monograma: HOTEL RITZ PARIS”.

Parece um pormenor sem importância. Não é. No epílogo, após inúmeras peripécias, deparamo-nos com quase as mesmas palavras: “Robert Langdon despertou sobressaltado. Tivera um sonho. No roupão de banho ao lado de sua cama estava bordado o monograma HOTEL RITZ PARIS. Viu uma luz mortiça filtrando-se através das venezianas. - *Será o anoitecer ou amanhecer?*, perguntou-se”. O que será que o autor nos está querendo dizer com esses parágrafos quase idênticos? Algo muito simples: que tudo não passou de um sonho, o sonho de alguém que, como Dan Brown é movido pelo ódio à Igreja Católica e sonha com a sua destruição.